

Dois Anos do XVII Governo no Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal



.....

**Posição do
Grupo de Alto Nível
da APDSI**

apds*i*



Lisboa, 30 de Janeiro de 2008

associação para a
promoção e desenvolvimento
da Sociedade da Informação

Posição pública da APDSI

**Dois Anos do XVII Governo no
Desenvolvimento da Sociedade da Informação**

apdsI

GAN
Grupo de Alto Nível

30 de Janeiro de 2008
Hotel Méridien

António Dias de Figueiredo
Rui Magalhães Baião

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem por objectivo
† facultar à APDSI uma avaliação da acção do Governo
na área da Sociedade da Informação.

- Produção periódica de documentos de posição sobre temas de interesse nacional relativos à Sociedade da Informação.
- Colaboração competente e interessada, que o Governo possa ter em conta nas suas acções que se relacionem com a Sociedade da Informação.
- Manifestação de cidadania, em conformidade com os objectivos da APDSI.

Afonso Cascão
Alberto Sant'Ana Godinho
António Brandão Moniz
António Carlos Santos
António Dias de Figueiredo
Joaquim Alves Lavado
José Dias Coelho
José Gomes Almeida
José Tribolet
Luís Amaral
Margarida Pires
Paulo Nordeste
Paulo Querido
Pedro Souto
Rui Magalhães Baião
Vicente Gaspar Pires

Posição pública da APDSI

**Dois Anos do XVII Governo no
Desenvolvimento da Sociedade da Informação**

apdsi

GAN
Grupo de Alto Nível

30 de Janeiro de 2008
Hotel Méridien

António Dias de Figueiredo
Rui Magalhães Baião

Agenda

- Balanço
- Contexto
- Progressos
- Carências
- Recomendações

Balanço

Contexto

Progressos

Carências

Recomendações

Balanço

O QUE FOI FEITO

- Intervenção dirigida da periferia da máquina pública para o seu interior.
- Largo conjunto de medidas (não necessariamente interligadas).
- Impactos muito favoráveis sobre a opinião pública nacional e as estatísticas internacionais.

Balanço

BALANÇO MUITO POSITIVO perante:

- País culturalmente indiferente às potencialidades e desafios da Sociedade da Informação.
- Administração Pública ultrapassada, cronicamente paralisada por resistências internas à mudança.
- Necessidade de sensibilizar a população e começar a vencer as resistências da máquina pública.

Balanço

O QUE FALTA FAZER

- Percurso mais estratégico e estruturante.
- Visão para o desenvolvimento do País.
- Conquista de todos os actores de vida nacional, para que se co-responsabilizem por esse desenvolvimento.
- Organização da Administração Pública, a partir do zero, agora do núcleo para a periferia.

Balanço

Contexto

Progressos

Carências

Recomendações

Contexto (1º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO / ESTRATÉGIA DE LISBOA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

~~PLANO TECNOLÓGICO~~

AGENDA DE 120 MEDIDAS
susceptíveis de mostrar
resultados no curto prazo
+ **ESTRATÉGIA DE LISBOA**
+ **MODERNIZ. ADMINISTR.**



Despertar para a mudança
uma população pouco
mobilizada e esclarecida e
uma Administração Pública
resistente à mudança

Contexto (1º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO / ESTRATÉGIA DE LISBOA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Criação, na opinião pública, no sector empresarial e nos próprios agentes da Administração Pública um sentimento de que a melhoria substantiva da qualidade é possível e está ao nosso alcance

Despertar para a mudança uma população pouco mobilizada e esclarecida e uma Administração Pública resistente à mudança



Contexto (1º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO / ESTRATÉGIA DE LISBOA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

BALANÇO POSITIVO:

Duas equipas de excelência, pequenas, fortemente mobilizadas ...
... confrontam a inércia do poder político e as resistências da máquina pública, identificando áreas da periferia dessa máquina onde a intervenção, embora morosa, é possível e o sucesso é susceptível de ressonância mediática.

Penetram as linhas da frente da máquina pública para, aos poucos, conquistarem o seu interior.

Contexto (2º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

BALANÇO POSITIVO:

- Conquistou para a cultura tecnológica um sector importante da população (alunos, pais, professores) e estimulou a actividade empresarial.
- Resolveu o problema de cobrar às empresas operadoras as contrapartidas que lhes cabiam pela obtenção das licenças de exploração das tecnologias móveis de terceira geração

Contexto (2º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

BALANÇO NEGATIVO:

- O modelo de gestão, de “comando e controlo”, do Ministério da Educação, não tem nada a ver com os modelos de qualidade, autonomia, responsabilidade e confiança que tornam eficaz e eficiente a utilização das tecnologias na aprendizagem.
- A reforma pedagógica que estes meios poderiam ajudar a concretizar não acontecerá nestas condições.
- Os efeitos positivos destas medidas poderão acontecer apesar do Ministério da Educação, mas não graças a ele.

Contexto (2º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

BALANÇO NEGATIVO:

- O Plano Tecnológico da Educação revela uma visão tecnocrática primária, muito afastada da realidade sistémica da educação não superior no seu relacionamento com as tecnologias no mundo de hoje.
- Componente de I&D é ignorada.
- Comparação com projectos homólogos estrangeiros (e.g., *Joint Information Systems Committee*, UK) é muito pobre.

Contexto (2º exemplo)

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

EM RESUMO - BALANÇO MISTO

- Estímulo bem sucedido, dirigido a uma parcela da população e da economia onde é susceptível de produzir reacções positivas e em cadeia.
- Tentativa frustrada para implicar no processo uma instituição (neste caso o Ministério da Educação) onde o estímulo não tem condições para florescer.
- Ausência de envolvimento de outros ministérios, com responsabilidades pela I&D e pela Formação Contínua.

Contexto (3º exemplo)

INTEGRAÇÃO ORGÂNICA E TRANSVERSAL PARA O TODO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BALANÇO NEGATIVO:

- Tudo (ou praticamente tudo) por fazer.
- O Framework de Serviços Comuns revela a dificuldade do Governo em encontrar um espaço onde se crie e se mantenha uma visão global da informação da Administração Pública Central e dos serviços e processos associados.

Contexto (3º exemplo)

INTEGRAÇÃO ORGÂNICA E TRANSVERSAL PARA O TODO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BALANÇO NEGATIVO:

- Inexistência de uma plataforma de serviços comuns.
- Inexistência de interoperabilidade.
- Indícios de que a construção de uma plataforma deste tipo segue actualmente uma abordagem fragmentada e com insuficiente articulação interministerial, comprometendo a construção de uma solução sistémica.

Balanço

Contexto

Progressos

Carências

Recomendações

Progressos

Opiniões sobre Portugal, vindas do estrangeiro, são indicador expressivo dos progressos conseguidos em alguns domínios fortemente relacionados com a Sociedade da Informação:

- No índice Global e-Government 2007, da *Brown University*, Portugal sobe do 48º para o 7º lugar.
- Num relatório recente da Comissão Europeia, Portugal sobe para a 3ª posição da Europa Comunitária na disponibilidade de serviços públicos e para a 4ª posição no índice da sua sofisticação.

Progressos

Quando, para se obter uma visão de conjunto, se consultam textos como:

- O documento da Comissão Europeia *eGovernment in Portugal* (Março 2007), ou
- O documento produzido para a Comissão Europeia pelo Gabinete Coordenador Nacional para a Estratégia de Lisboa e Plano Tecnológico, *Lisbon Strategy: Portugal Anew*,

é impressionante observar como tão poucos conseguiram fazer tanto em tão pouco tempo.

Progressos

É certo que o desempenho nacional se mantém muito baixo nos indicadores mais estruturais, como o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD...

... mas é indesmentível o sucesso da enorme variedade de medidas políticas postas em prática no âmbito do **Plano Tecnológico e Estratégia de Lisboa** e da **Secretaria de Estado da Modernização Administrativa**.

Balanço

Contexto

Progressos

Carências

Recomendações

Carências

Conseguidos os sucessos apontados, muito deles na periferia das estruturas complexas da Administração Pública,...

...cabe agora empreender um percurso mais estratégico, sistêmico e ambicioso.

Carências

Ao nível da Administração Pública - construir a sua esperada transformação profunda, agora a partir do seu próprio cerne e cobrindo organicamente o seu todo.

Para além da Administração Pública - encarar muitos outros sectores da vida nacional onde a acção estratégica do Governo é fundamental num mundo global de inovação, informação e conhecimento.

Carências

DINAMIZAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL PARA A CONCORRÊNCIA COM ECONOMIAS DE MAIOR DINAMISMO E PARTICIPAÇÃO EM REDES DE VALOR GLOBAIS

- Parcerias público/privado/social capazes de estimular a vida económica e o progresso social.
- Medidas políticas para catapultar empresas para projectos, mercados e nichos que por si só nunca conseguiriam enfrentar.
- Medidas políticas para dinamizar sectores onde há carência de competências.

Carências

DINAMIZAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL PARA A CONCORRÊNCIA COM ECONOMIAS DE MAIOR DINAMISMO E PARTICIPAÇÃO EM REDES DE VALOR GLOBAIS

- Arrasta-se, sem progresso visível, a concretização de um sistema dinâmico de compras públicas.
- A delonga na adopção de medidas sobre as assinaturas electrónicas desperdiçou uma importante oportunidade para as empresas nacionais ganharem vantagens concorrenciais.

Carências

MOBILIZAÇÃO DOS DIVERSOS ACTORES DA VIDA NACIONAL

- Resultados conseguidos até agora são estimulantes.
- Criaram na opinião pública e na vida política, económica e social um maior sentimento de confiança na capacidade de realização do País.
- **FALTA catapultar esse capital de confiança para um nível que produza alterações profundas e envolva, não apenas pequenas equipas dinâmicas, mas todo o País**.

Carências

QUE VISÃO ESTRATÉGICA DO PAÍS TEM O GOVERNO? COMO SERÁ PORTUGAL DENTRO DE 5 E 10 ANOS?

- Visão estratégica sólida, orgânica, mobilizadora, publicamente partilhada, que nos liberte do português “navegar à vista”.
- Projecto de desenvolvimento capaz de galvanizar a vontade colectiva para o sonho de construirmos um país de sucesso.
- Estimular e co-responsabilizar empresas, comunicação social, organismos públicos e privados, regiões, cidades, autarquias, educadores, estudantes, pais e cidadãos para a construção partilhada de um ideal de desenvolvimento nacional.

Carências

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Estabelecer as proteladas reformas da máquina do Estado, hoje pulverizada por organismos (ministérios, direcções-gerais, institutos) com processos sócio-organizacionais distintos e por vezes incompatíveis.
- Assegurar a comunicação e colaboração entre organismos, a conciliação de políticas e práticas sectoriais e a actuação integrada aos níveis da distribuição orçamental, auditoria e controlo.

Carências

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Estabelecer uma Arquitectura Global de informação, processos e serviços.
- Uma Arquitectura Global assemelha-se a um Plano Director Municipal, onde se definem grandes zonas e princípios de ocupação dos espaços, mas deixa-se em aberto o que vai ser construído e como vai ser construído.
- Para estabelecer uma nova política ou criar um novo organismo deveria ser necessária a sua compatibilização com os modelos de referência da Arquitectura Global.

Carências

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- A responsabilidade da Arquitectura Global deve ser cometida a uma figura de topo que responda muito alto na hierarquia política.
- Devem ser estabelecidos mecanismos e responsabilidades que garantam elevada eficácia e eficiência nos processos de auditoria e controlo e na subsequente garantia de transparência para o cidadão.

Balanço

Contexto

Progressos

Carências

Recomendações

Recomendações (1)

- Tornar clara uma visão do projecto de país que se pretende construir que mobilize e responsabilize para esse projecto todos os actores da vida económica e social.

Recomendações (2)

- Ultrapassar a actual concentração quase exclusiva na Administração Pública, alargando a intervenção ao todo da realidade nacional e imprimindo-lhe uma dimensão transformacional em sintonia com os propósitos de mobilização e responsabilização de todos os actores.

Recomendações (3)

- Dedicar especial atenção aos sectores mais críticos do desenvolvimento nacional, com destaque para a Educação, onde as acções lançadas a partir do seu exterior, sem que tenha sido profundamente remodelado nas suas competências e na sua visão da gestão, correm o risco de se perder e aumentar o descrédito e desmobilização.

Recomendações (4)

- Estabelecer, sob a coordenação de um destacado responsável, uma Arquitetura Global de informação, processos e serviços para o conjunto da administração pública nacional, passando a articular em torno dela todas políticas, que até aqui têm vindo a ser lançadas de forma avulsa e descoordenada.

Recomendações (5)

- Assegurar que, em ligação com a medida anterior, são estabelecidos mecanismos e responsabilidades que garantam elevada eficácia e eficiência nos processos de auditoria e controlo e na subsequente garantia de transparência para o cidadão.

Posição pública da APDSI

**Dois Anos do XVII Governo no
Desenvolvimento da Sociedade da Informação**

apdsi

GAN
Grupo de Alto Nível

30 de Janeiro de 2008
Hotel Méridien

António Dias de Figueiredo
Rui Magalhães Baião